

# Políticas esportivas no neoliberalismo

Prof. Valmir José Oléias\*

## Resumo Abstract

Neste artigo abordaremos a problemática das “políticas públicas” para o esporte e lazer no Brasil, numa perspectiva popular, procurando compreender o papel atual que o Estado joga neste processo.

O enfoque reside numa crítica à aplicação do neoliberalismo, bem como às suas conseqüências para o setor. Entretanto, é possível pensarmos, enquanto profissionais em Educação Física, numa proposta política que não seja excludente e que proporcione a inserção da maioria da sociedade em espaços possíveis para o desenvolvimento do esporte e do lazer com a característica popular.

**Unitermos:** Neoliberalismo, Políticas Esportivas, Políticas Públicas de Esporte e Lazer

This article approaches the problems related to “public policies” for sports and leisure in Brazil, in a popular perspective, trying to comprehend the role that the government plays nowadays in this process. The focus is in a criticism to the neoliberalism, as well as to its consequences to this area. However, its possible for us, as Physical Education professionals, to think in a non-excluding political proposal that provides the insertion of the majority of society in possible spaces for the development of sports and leisure with popular characteristics.

**Uniterms:** Neoliberalism, Sports Policies, Sports and leisure Public Policies

---

\* Professor Assistente do Departamento de Educação Física da UFSC e coordenador do NEPPE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Esportivas). *Home-page:* <http://www.cds.ufsc.br/~valmir>.

## O Estado neoliberal

O desenvolvimento do esporte e do lazer no Brasil foi planejado e estruturado historicamente pelas classes dominantes, segundo uma ótica elitista e comercial. Betti (1991) abordou rapidamente esse assunto ao tratar da democratização do esporte, cujo modelo piramidal é a concepção mais tradicional e difundida no Brasil. Essa visão é elitista “ao definir o esporte de alto rendimento como o ápice da pirâmide, onde apenas poucos indivíduos, dotados de qualidades psicomotoras excepcionais, poderão chegar.”

Poucas manifestações de cunho popular tiveram espaço no interior do Estado brasileiro. Arelado aos interesses das elites dirigentes do Estado, o esporte passou por variações que vão desde a proposta de “esporte para todos”, que apareceu no Brasil nos anos 70, de acordo com Cavalcanti (1984), até a completa submissão às leis de mercado, definidas mais recentemente com a nova lei do desporto nacional (9.615 de 24/03/98).

Para entendermos a proposta esportiva em curso, existe a necessidade de entendermos o modelo de Estado que está por trás desse processo. O neoliberalismo, apresentado como tendência hegemô-

nica do capitalismo contemporâneo, foi formulado a partir do Consenso de Washington em 1989, envolvendo o Banco Mundial, FMI e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Apresenta um conjunto de políticas pautadas fundamentalmente na “modernização” do Estado, combate à inflação, abertura comercial, fim das restrições ao capital estrangeiro, dentre outras “recomendações” aos países da América Latina e Caribe, presentes na reunião.

As conseqüências da aplicação do neoliberalismo são marcantes. Atingem, de maneira fulminante, na redefinição dos Estados Nacionais. O Estado, segundo essa construção paradigmática, não deve intervir mais decisivamente na economia. As privatizações de empresas estatais surgem como mecanismo de repasse do que outrora era público para a iniciativa privada. Esse fluxo para o setor privado, beneficiado pelo setor público, era sentido em outros momentos, mas atualmente aparece de maneira mais visível sob o discurso da contenção do déficit público.

As Constituições elaboradas em épocas onde se cogitava uma tentativa de soberania nacional, precisavam, então, se enquadrar ao novo modelo. Toda essa reestruturação do Estado soma-se com o proces-

so de globalização, verificado principalmente no terreno da economia. Em linhas gerais, os Estados periféricos terão como função adquirir tecnologia (consumir), servindo, no máximo, como produtores de matéria-prima, aprofundando, assim, o processo colonialista da dominação.

A tecnologia é apenas uma parte dessa dominação global, somando-se a ela o poder da comunicação e da ciência. O tripé (ciência-tecnologia-comunicação) tem sido sistematicamente trabalhado pelas classes dominantes de maneira estratégica, e o seu controle determinará significativamente o domínio da humanidade.

Objetivamente, nos marcos em que está fundado o atual sistema de produção e dominação do capital sobre a sociedade, restam-nos duas possibilidades: a primeira, é a de aceitar o processo em curso, definido pelo crescente aprofundamento da crise do capitalismo; a segunda, requer a construção de uma perspectiva crítica, procurando estabelecer paradigmas alternativos ao modelo neoliberal.

Estamos num momento histórico no qual a Educação Física atingiu um patamar de discussão pontual em diferentes áreas de conhecimento. Oliveira (1994) faz uma

rápida contextualização, afirmando que, a partir dos anos 80, é ela que vai estabelecer, através do espaço multidisciplinar, “a busca da sua compreensão como prática social.” Mesmo que de maneira incipiente, há necessidades imediatas de estabelecermos uma discussão política sobre os paradigmas de interesse popular para o esporte e o lazer, aliada a um projeto de sociedade.

Academicamente, o questionamento das propostas elitistas e privadas apresentadas no âmbito do Estado, em detrimento do público/social é tarefa de quem está preocupado em estabelecer um novo projeto para o setor esportivo. A exclusão social que o neoliberalismo nos oferece está relacionada a todas as manifestações da vida humana.

O isolamento dessa manifestação cultural (esporte) das camadas populares refere-se fundamentalmente à sua prática. Mantém-se, entretanto, o consumo de produtos esportivos. Por sua vez, é o mercado que interage no meio social e faz o papel de mediador com a sociedade. Essa interação/mediação compreende a atividade-consumo, que atinge as camadas populares através da indústria cultural, que vai desde a construção do imaginário social até a produção e venda des-

sas mercadorias, em forma de espetáculo. A dinâmica que os espetáculos esportivos possuem é marcada por uma participação decisiva essencialmente no consumo e uma gritante metodologia elitista na organização e apropriação do retorno (financeiro) que eles oferecem. O esporte atravessa um estágio inovador em seu desenvolvimento: a ditadura do marketing.

Melani e Negrão (1995) procuram apontar o exercício da manipulação do mercado esportivo junto à torcida, que é parte integrante do espetáculo. Na realidade são as camadas populares que materialmente sustentam esse espetáculo, onde “a prioridade número 1 é o lucro, os negócios, depois vêm o jogo, os jogadores e a torcida.”

Se o Estado brasileiro tem feito sua opção histórica de ser o representante permanente dos negócios das elites, cabe ao meio acadêmico discutir uma forma distinta de conceber o esporte e o lazer, tendo como eixo a inserção dos excluídos, não no sistema, mas numa proposta inovadora que aponte para a ampliação desses direitos e o aumento cada vez mais efetivo da participação popular em termos de esporte, lazer, cultura, política, etc.

Nosso papel acadêmico, enquanto profissionais de Educação

Física, precisa residir no campo do diálogo com a sociedade brasileira, procurando enriquecer em conteúdo um modelo alternativo às políticas neoliberais de condução deste Estado, permitindo que projetos de cunho popular, neste caso para o esporte e lazer, possam se desenvolver criticamente, estabelecendo novas formas de convívio, organização e sociabilização.

Um fato político que é importante focalizar como inovador no cenário social está relacionado às novas orientações para o esporte e o lazer que começam a ser sentidas nas gestões populares, determinadas pelos partidos de esquerda que passam pelo Estado, podendo, em algumas situações, representar um passo significativo no sentido de reintroduzir os excluídos à sociedade. É necessário, porém, que se tenha o cuidado e a dimensão política dessa atitude.

Inserir os excluídos na sociedade não pode ser sinônimo de inserção no sistema. Nossa presença institucional com projetos ou até mesmo na administração direta no Estado, não deve ter um fim em si mesmo. Precisa apontar para a busca da ampliação democrática e de construção de uma identidade coletiva que aponte para o rompimento

de privilégios individuais, de grupos ou de uma determinada classe social, observados nitidamente em termos esportivos e de lazer.

O papel representado pelos dirigentes esportivos nesse processo necessita de uma atenção especial. É possível estabelecer novas propostas administrativas baseadas em teorias não-lineares, participativas e flexíveis, distintas das tradicionais formulações tradicionais/tayloristas. Alberto Guerreiro Ramos (1981) procurou estabelecer uma ruptura criando um modelo com múltiplos cenários, onde o ser humano é a parte mais significativa da sociedade, em contraposição à visão de organização centrada no mercado.

É necessário rediscutirmos os espaços públicos, que permitam o desenvolvimento das atividades de interesse popular. Também é imprescindível uma redefinição das “políticas públicas” que proporcionem o acesso das camadas populares através da prática de atividades esportivas e de lazer, podendo dinamizar a luta democrática pela manutenção e ampliação dos nossos direitos sociais.

## O fim das “políticas públicas”

Dentro de uma análise da realidade política, constata-se que estamos vivenciando o fim do Estado de bem-estar social, enquanto definidor de políticas públicas. Em outras palavras, o termo “políticas públicas” faz parte do passado. Em seu lugar, o poder do capital apresenta o modelo de Estado neoliberal, onde o marco central é tornar privado e submeter ao interesse do mercado qualquer atividade da vida social.

Petras (1996) aponta que na atualidade a transição pacífica do neoliberalismo para outro modelo é questionável. A esquerda precisa colocar o socialismo como “alternativa global”, através de uma luta anti-sistema. Entretanto, o problema que se coloca é a subjetividade das camadas populares. Para o autor, a defesa ideológica do neoliberalismo gira em torno de 4 estratégias: 1) globalização da economia; 2) colapso das alternativas socialistas; 3) os problemas sociais não são mais responsabilidade do Estado; e, 4) os problemas sociais não possuem raízes sistêmicas. Esses fatores subjetivos traduzem com propriedade o cenário de luta política, onde “precisamos da constante

criação de uma nova consciência social, cultural e ética, para converter essas condições em bases para transformação.”

A freqüente omissão do Estado brasileiro diante de questões de grande relevância e direito social se fortaleceu muito com a queda do *welfare state* (Estado de bem-estar social) e pela ascensão (consolidação) da nova ordem mundial, especialmente a partir do final dos anos 80. A proposta modernizante de Estado, de conteúdo neoliberal, influenciou países como o Brasil a se desvencilharem de determinadas questões de ordem política, econômica e social, ocasionando uma disfunção ainda maior no gerenciamento dos espaços e das políticas públicas para o esporte e o lazer.

A consolidação e hegemonização dessa onda neoliberal atingiu desde os países do leste europeu (antigo bloco socialista) até os que postulavam a proposta de soberania nacional. Essa perspectiva política permitiu que a iniciativa privada fosse ocupando um lugar cada vez mais destacado, submetendo as questões sociais à lógica de mercado. É importante destacar que esse modelo social centrado no mercado, como orientador de todas as atividades da vida humana, tem

destruído ou deformado conceitos como o de esporte e de lazer.

Os reflexos das mudanças no cenário mundial implicou na redução do tamanho dos Estados e no descomprometimento ainda maior das questões de cunho social, acarretando um processo crescente de exclusão e marginalização, tanto dos trabalhadores, como daqueles que estão à margem do processo produtivo.

A atual Constituição Federal Brasileira vem sofrendo reformas fisiológicas de todo tipo. Tais reformas são exigências do FMI, a partir do Consenso de Washington. Tiveram início no governo Collor, no início dos anos 90, foram freadas, em parte, no Governo Itamar Franco (1992-94) e retomadas, com grande intensidade, no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994.

Promulgada em 1988, anterior à consolidação da nova ordem mundial, a Constituição dispõe, no seu artigo sexto, o lazer como um dos direitos sociais, juntamente com a saúde, o trabalho, etc. Em seu artigo sétimo (inciso IV), dispõe, dentre outras coisas, que a fixação do salário mínimo deve ser capaz de atender as necessidades vitais básicas do cidadão e de sua família. O lazer, nesse artigo, é citado como uma dessas necessidades.

Como a tendência do Estado neoliberal é procurar livrar-se de suas tradicionais obrigações sociais, o esporte e o lazer são abruptamente afetados. Para Sodré (1996), o que está em curso é a eliminação dos direitos democráticos. Para ele, a democracia “é determinada pelas relações de propriedade e de poder”. O autor afirma que existe uma confusão conceitual que faz passar por democráticas as posições e medidas que tendem sempre a reduzir os direitos da cidadania.

O repasse à iniciativa privada outrora era feito por um processo lento e gradual, possuindo duas diferentes situações: o Estado definia políticas públicas para o esporte e o lazer sem estabelecer uma relação mais direta com a iniciativa privada. Passou a ser comum, no entanto, o estabelecimento de parcerias.

A realidade neoliberal indica uma situação de voracidade do mercado no desenvolvimento de diversas atividades de esporte e lazer com amplitude social, onde a iniciativa privada não atua mais apenas no patrocínio financeiro do evento, mas fundamentalmente na organização, visando, de maneira muito direta, o lucro.

Havendo predominância dessa tendência à subordinação das ativi-

dades apenas ao interesse da iniciativa privada, as manifestações populares poderão ter seu espaço cada vez mais reduzido no cenário social. A tendência é de escolha seletiva. Então, dentro desta investida, estaríamos caminhando cada vez mais na direção da elitização das manifestações esportivas e de lazer.

### III – A “Lei Pelé” e a realidade

A nova legislação segue a tendência de submeter ao mercado a condução do esporte e do lazer. A Lei do Desporto Nacional, chamada de Lei Pelé, aprovada em 1998, acentua o empresariamento do esporte ao transformar os clubes em empresas, seguindo, em linhas gerais, o receituário neoliberal.

A própria criação do Ministério Extraordinário dos Esportes em 1994, logo após a posse de FHC, representou muito mais uma jogada de marketing para dar credibilidade ao governo, além, é claro, de dar o posto de ministro à Pelé, do que um tratamento especial ao esporte. A condução do Ministério mereceu críticas pelo privilégio excessivo ao esporte de rendimento. Surpreendentemente, no início de 1998, após a aprovação da nova lei, o MEE foi simplesmente extinto, comprovando a ausência de uma política capaz de dinamizar o

esporte em escala social. Ou talvez, por ter cumprido realmente o seu papel de transferir à iniciativa privada a condução do esporte.

Essa transferência não pode ser feita de maneira mecânica, como uma simples réplica de modelo visto num país desenvolvido. Existe uma responsabilidade social e política que o Estado deve assumir. A nossa sociedade, em particular, registra uma incidência marcante de desumanização, proveniente do desenvolvimento capitalista desequilibrado e do seu respectivo crescimento industrial e econômico recente. Tal processo foi desencadeado, principalmente, pela aceleração crescente da urbanização nas cidades brasileiras, o que concentrou uma imensa população nas áreas centrais, afastando para as áreas periféricas as classes economicamente carentes.

O processo de concentração populacional e exclusão social dos despossuídos para as periferias na maioria das cidades brasileiras, o que se deu de forma aleatória (não planejada), acabou por influenciar consideravelmente na elevação da ausência de sociabilização. Além da dinâmica desumana no relacionamento social, apresentado pela urbanização, verifica-se um outro pro-

blema de dimensão política, que reside na ausência de espaços públicos para o convívio social.

Os problemas como a má distribuição de renda, a especulação imobiliária, o aumento da favelização e a marginalização dos trabalhadores são produtos, também, da indiferença política das elites no poder, tendo proporcionado, nestes últimos anos, uma redução na constituição dos espaços públicos relativos à prática de atividades esportivas e de lazer no âmbito social.

A tendência então foi o crescimento do setor privado. Com o crescimento do mercado imobiliário, os espaços ociosos, onde se praticavam atividades esportivas e de lazer, foram diminuindo gradativamente. Outrora, era comum “bater uma bolinha” no terreno baldio do vizinho. Nesse sentido, expandem-se organizações comerciais como as academias, bingos, clubes fechados, associações e complexos de lazer, a exemplo do Beto Carrero World.

Existem outras situações como os condomínios residenciais. As legislações municipais feitas para regulamentar o uso e a ocupação do solo deste regime de co-propriedade nem sempre são cumpridas. Existe, novamente, uma omissão do



Estado na garantia desses direitos sociais.

Nos terrenos públicos o problema é ainda mais sério. As nossas cidades estão carentes de áreas verdes para serem transformadas em ambientes de lazer. Além disso, os terrenos públicos existentes estão abandonados ou sendo invadidos por ocupações irregulares provenientes do grave problema das desigualdades sociais. Temos também casos como o do Aterro da Baía Sul, em área central de Florianópolis, construído na década de 70, representando a conquista de um novo espaço físico de 600 mil metros quadrados, em plena área central, tendo como objetivos: redução do congestionamento no centro da cidade; ampliação da área comercial; abrigo para a nova sede do governo estadual; e a obtenção de um centro de lazer para Florianópolis, ao estilo do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro. A inviabilidade na implantação de projetos relativo ao esporte e ao lazer se dá por conta da incapacidade das elites que administram o Estado brasileiro em definir uma política de ocupação aliada ao interesse popular.

Tais exemplos revelam o distanciamento que existe entre os administradores do Estado e a de-

manda social, o que impede que se tenha uma perspectiva de abertura de espaços e uma melhor definição de políticas verdadeiramente públicas que possam dinamizar o lazer e as práticas esportivas em nível popular na nossa sociedade.

#### **IV – As mudanças em curso**

Existe predominantemente uma tendência comercial incutida na sociedade que devemos atuar no plano passivo, ou seja, ir ao Shopping Center, assistir TV ou torcer para um clube ou alguém. Essa tendência tem como suporte as atuais mudanças provocadas pela chamada revolução científica e tecnológica, muito debatida em nossa sociedade. Tais alterações afetam o mundo do trabalho, as relações familiares e as opções esportivas e de lazer. Contudo, os benefícios desse processo parecem atingir uma parcela muito reduzida da população, deixando a maioria à margem, porque a forma como se estruturou o sistema capitalista permite que poucos indivíduos desfrutem da acumulação do capital.

Diante dessa situação, nos surge o seguinte questionamento: será que essa dinâmica inovadora, apresentada na sociedade a partir da in-

trodução das novas tecnologias produtivas em que as máquinas são cada vez mais responsáveis pela redução do tempo necessário para produzir uma determinada mercadoria ou serviço, estaria apontando para uma redução progressiva da jornada de trabalho para os trabalhadores? E mais, em decorrência desse processo poderíamos reprogramar o tempo livre e/ou liberado numa perspectiva de desenvolvimento de atividades esportivas e de lazer?

A introdução dos processos de automação ocorridos precisa ser discutida democraticamente no meio social entre trabalhadores, empresários, Estado e sociedade, para que não haja uma simples substituição do homem pela máquina, aumentando assim a taxa de desemprego estrutural, marcado pelo fim de determinados postos de trabalho. Outro problema produzido por esse processo atual é o surgimento de novas patologias, como o *stress* e as lesões por esforços repetitivos (LERs). Concomitantemente, estudos ergonômicos precisam ser levados em conta pelo Estado e observados pela sociedade como necessários nesta nova fase de organização do trabalho, sendo um direito social a disponibilidade para manifestações esportivas e de lazer.

Tais avanços científicos e tecnológicos não estão limitados ao mundo do trabalho; eles passaram a influenciar enfaticamente o cotidiano social, criando novas formas esportivas e de lazer e convivência doméstico-familiar. O esporte e o lazer, por não estarem imunes à lógica do capital, a partir do avanço do processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista, adequaram-se rapidamente ao padrão de vida de cada classe social. Inicialmente, apenas as classes mais abastadas socialmente irão combiná-lo com o trabalho.

Contudo, não se pode afirmar que o esporte e o lazer atingem apenas os privilegiados socialmente. Existe uma pluralidade de opções de esporte e lazer destinada a satisfazer o conjunto da classe trabalhadora, que vai desde a pelada de futebol em campos improvisados à assistência passiva da programação televisiva, esta última, sem dúvida, a opção mais freqüente. Entretanto, faz-se necessário questionar em que medida o envolvimento da indústria cultural na sociedade, como promotora de um grande número de atividades, representa um benefício ou simplesmente um mecanismo de alienação e controle social.

No Brasil, estudos como os de Ortiz (1988) vão indicar que, a partir

dos anos 40, pode-se sentir a presença de uma série de atividades vinculadas a uma cultura popular de massa. Esse momento é verificado da seguinte maneira: pela modernização e crescimento da indústria e da estratificação social, o que expande a classe operária e as camadas médias; pelo advento da burocracia e das novas formas de controle gerencial; pelo aumento populacional; e pelo desenvolvimento do setor terciário em detrimento do agrário. Nessa direção, o período apontado indica que tivemos incipientemente a formação de uma indústria cultural e de um mercado de bens simbólicos, através do desenvolvimento da racionalidade capitalista e da mentalidade gerencial.

O surgimento da indústria cultural no Brasil, combina-se inteiramente com a consolidação da televisão como um dos principais canais de propagação da ideologia dominante, ocupando, desde os anos 70, o primeiro lugar nas atividades de lazer. Isso revela objetivamente que a indústria cultural exerce, em nosso meio, uma influência hegemônica na definição das práticas de lazer, mesmo nas cidades que possuem diversas opções culturais, naturais e turísticas de lazer como praias, lagoas, reservas ecológicas, etc.

É possível concebermos o esporte e o lazer no seu sentido amplo, ou seja, tais manifestações podem existir sem a determinação ditatorial do mercado. Kunz (1994) discute o conceito amplo de Esporte: "Será que, andar de bicicleta, caminhar, fazer ginástica, dançar, as brincadeiras e jogos infantis, etc... não podem, também, serem entendidas como esporte? Caso afirmativo, temos aí um conceito 'amplo' do esporte."

Os argumentos apontados neste artigo não possuem caráter conclusivo, servem basicamente como discussão para uma elaboração política que principalmente a esquerda precisa enfrentar, no sentido de apresentar um projeto para o esporte e o lazer à sociedade, priorizando os excluídos por esse modelo comercial e elitista em curso.

## Referências bibliográficas

- BETTI, Mauro. *Educação Física e Sociedade*. SP, Ed. Movimento, 1991.
- CAVALCANTI, Kátia Brandão. *Esporte para Todos: um discurso ideológico*. SP, IBRASA, 1984.
- KUNZ, Elenor. *Transformações Didático-Pedagógicas do Esporte*. RS, Ed. Unijuí, 1994.

- MELANI, Ricardo & Negrão, Ronaldo Ferreira. Passe para a Servidão. In: *Revista Discorpo*, 1995, Nº 04. p. 61-69.
- OLEIAS, Valmir José. *O Lazer no Aterro da Baía Sul em Florianópolis: o Abandono de um Grande Projeto*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. UFSC, 1994.
- OLIVEIRA, Vitor Marinho de. *Consenso e Conflito da Educação Física Brasileira*. Campinas, SP, Papirus Editora, 1994.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira – Cultura Brasileira e Indústria Cultural*, SP, Brasiliense, 1988. 224p.
- PETRAS, James. Perspectivas de Libertação: alternativas para o neoliberalismo na América Latina. In: *Revista Plural*, 1996. Nº 07. p. 13-22.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Nova Ciência das Organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1981.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Imperialismo e Neoliberalismo. In: *Revista Princípios*, 1996. Nº 42. p. 16-21.